

O PAPEL DOS ESTUDANTES E PROFESSORES DA FACULDADE DE DIREITO NOS DIVERTIMENTOS DO RECIFE

Aynoã Sales da Silva Graduanda em História pela Universidade Católica de Pernambuco; IC Voluntário. salesaynoa@gmail.com

Lídia Rafaela Nascimento dos Santos
Professora do Curso de História na Universidade Católica de Pernambuco.
lidia.santos@unicap.br

RESUMO

O trabalho procura entender as redes de sociabilidade dos estudantes, os espaços que frequentavam e suas articulações políticas. A pesquisa está analisando as festas e os divertimentos do Pernambuco oitocentista a fim de compreender as festas cívicas e religiosas, e problematizar o uso dos espaços públicos e os acontecimentos históricos relacionados aos aspectos da vida social. Além disso, busca traçar e mapear as relações políticas, econômicas, sociais e culturais das festas a partir da participação dos estudantes da Faculdade de Direito do Recife no período de 1817 a 1859. A partir das pesquisas das fontes nos periódicos do século XIX, é possível visualizar a relevância da ocupação dos espaços de divertimento, principalmente os teatros, pelos alunos do curso jurídico; essas interações possibilitaram compreender qual era a importância que o curso jurídico trouxe para a movimentação das práticas de divertimento em Pernambuco. Optamos por compreender a articulação do movimento a partir das festas, acreditarmos que elas são locais de disputas entre seus participantes, de subversão dos valores e de formação de memória.

Palavras-chave: Festas, Estudantes, Faculdade de direito

ABSTRACT

The work seeks to understand the students' sociability networks, the spaces they frequented and their political articulations. The research is analyzing the parties and entertainments of Pernambuco in the 19th century in order to understand civic and religious festivals, and to problematize the use of public spaces and historical events related to aspects of social life. In addition, it seeks to trace and map the political, economic, social and cultural relations of the parties from the participation of the students of the Faculty of Law of Recife in the period from 1817 to 1859. It is possible to visualize the relevance of the occupation of entertainment spaces, mainly theaters, by students of the legal course; these interactions made it possible to understand the importance that the legal course brought to the movement of entertainment practices in Pernambuco. and memory formation.

Keywords: Festivities; Students; Law school

INTRODUÇÃO

As festas são acontecimentos muito atrativos, envolvem múltiplos sujeitos, dimensões e apropriações. Tempo de alegria e diversão, são mais que simples divertimentos, apesar de serem espaços privilegiados para estes. Estudar o festejar é de fulcral importância para a estabelecermos novos olhares sobre o processo de constituição das culturas políticas e urbanas do período da independência e formação do Estado Nacional brasileiro. Entre tantas possibilidades para pensar o festejar, propõem-se enfatizar a vivência do calendário festivo, os papéis das festas na construção de identidades e a geografia das festas na cidade do Recife.

A festa é um dos acontecimentos históricos relacionados a diversos aspectos da vida: a economia, política, cultura, etc. São muito atrativas, envolvem múltiplos sujeitos, dimensões e apropriações. Construídas em meio às atividades corriqueiras, estão entre as práticas que tem um significado especial no tempo concreto das relações sociais. Em dias de festas, circulavam pela cidade homens e mulheres de diferentes camadas sociais para participar dos "festejos do dia" com motivações e vantagens diversas. Definir um dia de festa e organizá-la representava muito mais que proporcionar divertimentos, significava organizar, relembrar e instituir valores. São sempre múltiplas, mutáveis e de difícil conceituação.

De 1817, ano da Revolução Pernambucana, a 1859, ano da visita do Imperador, as festas cívicas e religiosas criaram novos significados para os espaços da cidade, para as

relações tecidas entre os diversos grupos que compunham a sociedade, desde os escravos as elites provinciais. Também foram constituintes de identidades e parte importante da nova identidade nacional em formação. As diferentes formas de festejar foram objeto de diversas regulamentações do Estado, da Igreja e apropriadas de maneiras diversas pela população.

O Recife do período estudado por esse trabalho era uma cidade repleta de agitação, que passava por importantes mudanças. Foi marcado por variados conflitos e reorganizações políticas e sociais. Nesse contexto de instável conjuntura de transformações políticas, evidenciarei as relações tecidas no ambiente festivo constitutivo da conjuntura política, social e cultural. Ao analisar essas articulações, através do cruzamento de fontes variadas, poder-se-á entender peculiaridades da mobilização política em prol das mudanças e permanências no âmbito do Estado, da sociedade da cultura, bem como a formação de identidades múltiplas e cambiantes que se teciam nesses espaços. Ao analisar as peculiaridades do festejar do Recife em uma dimensão geográfica, poderei repensar os usos do espaço público no século XIX e a cultura urbana tecida pela festa. O somatório dessas análises possibilitará a compreensão de novos aspectos da vida econômica, religiosa, cultural e política do Recife Oitocentista. Contribuindo assim para a renovação historiográfica e o conhecimento das formas de festejar e viver do período.

APORTES TEÓRICO E METODOLÓGICOS

Os estudos acerca das festas como problema de pesquisa próprio aos historiadores profissionais são relativamente novos. As discussões teóricas e conceituais estão em efervescência. A compreensão do conceito de festa é extremamente fugidia, como ressalta Roger Chartier, sob uma aparente unicidade as festas trazem diferenças múltiplas que costumam ser pensadas através de oposições, como a de popular e oficial, rural e urbana, religiosa ou laica que "longe de permitir uma clara tipologia das cerimônias festivas, são elas próprias problemáticas, já que a festa é quase sempre um misto que visa conciliar os contrários" (CHARTIER,2004, p.24)

Essa perspectiva ressaltada por Chartier é uma das referências teórico-metodológicas para a execução desse projeto. A festa será trabalhada como perpassada por todas essas diferenças, buscando evidenciar nela os múltiplos personagens e possibilidades que os festeiros oitocentistas teceram em suas vivências.

Outra perspectiva teórico-metodológica importante para o desenvolvimento desse projeto é a proposta por Michel Vovelle em Lês Metamorphoses de La fête em Provence de 1750 a 1820. O autor evidencia como as festas foram uma pedagogia em ação. Além do olhar sobre as peculiaridades dos diferentes níveis de sensibilidade do "temperamento festivo local" no diálogo com as festas nacionais que se estabeleciam após a Revolução francesa. (VOVELLE, 1976, p.76). O autor trabalha com a perspectiva da história das mentalidades, que apesar de não ser o pressuposto teórico desse projeto é um diálogo que possibilitará uma adequada análise dos dados coletados e das respostas aos problemas levantados.

Para poder operacionalizar a análise das peculiaridades do festejar de Pernambuco durante a conjuntura proposta, destacando as identidades múltiplas e cambiantes que se teciam nesses espaços será essencial a conceituação de Dênis Bernardes sobre as identidades locais no período estudado. O autor identificou três aspectos importantes para a formação dessas: a territorialidade, a memória ou experiência política e a ação política. (BERNARDES, 2003, pp.221-222). A memória da heroicidade foi reinvocada em diferentes momentos dos festejos, possibilitando a percepção da força das características culturais locais na construção das comemorações.

Perceber a participação dos festeiros a partir das variáveis de territorialidade, memória e ação política ajudará a perceber como acionaram as identidades Pernambucana e Nacional nas diferentes conjunturas festivas. Entendemos ainda, como afirma Márcia Berbel, que mesmo pensando na ótica de uma identidade local, ser pernambucano também estava associado a outras identidades: nacional, social, política, étnica, etc. (BERBEL, 2003, p.345)

Uma das normas centrais do trabalho do historiador é o trato com a documentação. A importância das festas foi reiterada por diversos discursos, falas e notícias no período. Apareceram em meio aos ofícios das autoridades e das legislações; em meio aos textos de redatores, aos avisos e correspondências dos periódicos, às obras de literatura, relatos de memorialistas e viajantes. Para a execução desse projeto será necessário recorrer a um universo documental volumoso e difícil, pois as informações sobre as festas não estão em uma série documental, mas em documentos emitidos sem uma frequência regular: ou seja, serão trabalhados fragmentos discursivos que eram remetidos às festas e não específicos sobre elas. Para tanto, trabalhamos principalmente com a análise qualitativa das fontes coletadas e sistematizadas.

Parte da documentação já foi coletada, entretanto precisam ser transcritos e sistematizados. Na Biblioteca Nacional, entre muitos registros dispersos, encontrei uma "relação da festa" escrita em 1818 pelo dicionarista Antônio de Moraes e Silva sobre a festa em homenagem à aclamação de D. João VI no Recife. Esse tipo de documento é um texto minucioso que cria uma versão sobre a festa para ser apresentada ao Rei. Pretendo destacar nesses documentos os aspectos que permitam a compreensão dos preparativos, da economia, das formas de divertimento e grupos de sociabilidade, além da linguagem da festa. Apesar de ser o único relato desse tipo, será um contraponto importante para a análise dos relatos sobre as festas publicados nos periódicos.

Os periódicos disponíveis na Hemeroteca digital foram essenciais para esse projeto. A imprensa foi um espaço privilegiado para evidenciarmos as disputas dos grupos desse período e as inúmeras festividades. Os jornais tornaram-se lugares públicos para a divulgação das festas, comemorações e marcos políticos. As festas surgem nos periódicos como uma ferramenta no jogo de poderes locais e nas disputas em torno da construção do Estado Nacional, tanto como um meio usado para a legitimação do poder, como parte central das mudanças culturais da nova sociedade em formação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A faculdade de direito do Recife surgiu a partir da Carta de Lei do Imperador Pedro I, foram criados em 11 de agosto de 1827, simultaneamente, dois cursos de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de São Paulo e outro na de Olinda. Até então, a maioria dos bacharéis em direito, juristas e advogados no Brasil era formada pela Universidade de Coimbra, em Portugal. Conhecido como Cursos Jurídicos, o de Olinda deu origem a Faculdade de Direito do Recife, instalado no dia 15 de maio de 1828, no mosteiro de São Bento, passando a funcionar em dependências cedidas pelos monges beneditinos.



Selo postal de 1977 homenageando a lei imperial de 11 de agosto de 1827 que criou os cursos em Olinda e em São Paulo.

Segundo o arquivo da história do curso jurídico na Universidade Federal de Pernambuco: "Na inauguração do Curso foi realizada uma grande solenidade, com a presença de autoridades civis e eclesiásticas, salvas de artilharia e a celebração de um Te-Deum em ação de graças, sendo a cidade iluminada durante três dias."

As aulas foram iniciadas no dia 2 de junho do mesmo ano, com 41 alunos oriundos de vários estados brasileiros e de outros países como Angola e Portugal, matriculados após terem sido aprovados nos exames preparatórios. A primeira turma de bacharéis em ciências jurídicas formou-se em 1832.

Em 1852, o Curso foi transferido do mosteiro de São Bento para o palácio dos antigos governadores, prédio reformado situado no alto da Ladeira do Varadouro, em Olinda, que ficou conhecido pelo nome de Academia. Em 1854, a Academia transferiuse para a rua do Hospício, no Recife, ocupando um velho casarão pouco adequado para as suas funções e por isso apelidado de Pardieiro.

A Faculdade de Direito do Recife desde os seus primeiros anos de existência atuava não apenas como um centro de formação de bacharéis, mas, principalmente, como escola de Filosofia, Ciências e Letras, tornando-se célebre pelas discussões e polêmicas que empolgavam a sociedade da época. Foi na Faculdade de Direito do Recife onde nasceu e floresceu o movimento intelectual poético, crítico, filosófico, sociológico, folclórico e jurídico conhecido como a Escola do Recife, nos anos de 1860 e 1880 e cujo líder era o sergipano Tobias Barreto de Meneses.

Desde 1946, a Faculdade de Direito do Recife faz parte da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), então Universidade do Recife. Muitos dos seus professores tornaram-se famosos pela oratória, conhecimentos jurídicos e cultura geral. Nilo Pereira, um dos muitos intelectuais que se formaram na instituição, em seu livro Pernambucanidade (1983, v.1, p.252), diz:

> "A Faculdade é germinal. Que se irradiou por todo o Nordeste. E que esteve e está presente nas Universidades Regionais que se criaram. Formou os bacharéis saídos do Recife (...) que ergueram, sobre os alicerces do humanismo jurídico, as Faculdades de Direito dos Estados vizinhos. Para ela vinham as gerações ansiosas de saber, futuros magistrados, advogados, juristas, jornalistas, diplomatas, estadistas, parlamentares, ministros de Estado, conselheiros do Império, escritores, poetas, tribunos, políticos."

O processo de pesquisa e sistematização dos periódicos possibilitaram compreender quem eram essas pessoas que participavam de forma ativa nesses festejos e como os organizadores pensaram nas festas. Essas festas modificaram uma gama de pessoas de diferentes extratos sociais. Nesses festejos podemos identificar como as pessoas se reuniam e faziam trocas, partilhavam os espaços públicos, quais eram seus interesses, entre outros. Como destaca o jornal "A Aurora", do dia 7, foi anunciada por muitas girandolas: "Às treze horas da tarde começarão a concorrer os convidados, que foram as Authoridades da província, Deputados Eleitos, Cônsules Estrangeiros, Empregados de mais representação, Militares, Negociantes Lentes, Estudantes do Curso Jurídico, Lentes, Estudantes do Curso Jurídico &c. &c., sendo recebidos com todas as etiquetas, e cerimônias guardados em tais ocasiões." (Diário de Pernambuco 14 de setembro de 1829).

Outro processo importante que foi possível analisar durante a pesquisa, foi como os festejos modificaram o comércio, a vida privada, a economia, a política e os acontecimentos dos períodos. A pesquisa possibilitou novas formas de entender o processo de independência e a construção da formação do estado de Pernambuco. Durante a catalogação dos jornais fica evidente a extensa quantidade de festejos em prol do aniversário da independência. Essas festas tinham caráter cívico e religioso, eram práticas de divertimento, mas também de manifestação política do período. Convém assinalar também o estado mental do país nesse período, em 1823 foi feita a elaboração da Carta Constitucional, após a revolução de 1824, o governo imperial outorgou a Constituição Brasileira. Segundo o seu texto, os

poderes políticos estavam divididos em três grandes frentes (Legislativo, Executivo e Judiciário) que se subordinavam à presença de um quarto poder, designado Poder Moderador. Esse ano foi marcado por uma série de desentendimentos políticos, visto que Dom Pedro I era visto com contradição em defender os interesses da nação brasileira. O ano de 1829 e 1830 foram marcados pela falência do Banco do Brasil e a vitória dos oposicionistas mostravam o sinal do enfraquecimento político de Dom Pedro I.

Para falarmos sobre a participação dos estudantes e Professores de Direito nas festas é importante descartar a criação do curso jurídico em Olinda que emergiu da necessidade de se criar estabelecimentos de ensino superior no país no campo do direito. A escolha dos estados não foi apenas por uma questão geográfica e regional, mas teve caráter político devido aos grandes movimentos sociais que aconteciam nessas províncias. Na inauguração do curso foi feita uma grande solenidade. Compareceram as autoridades civis e eclesiásticas; a tropa formou, dando salvas a artilharia; a Câmara Municipal fez celebrar um Te Deum em ação de graças e iluminou a cidade por três noites. "No discurso inaugural, o Dr. LOURENÇO JOSÉ RIBEIRO mostrou a importância social do curso jurídico para o progresso do país, as facilidades trazidas para os que desejassem aprender sem ter mais necessidade de ir buscar na Europa instituto científico, o que nem todos podiam fazer, perdendo-se, assim, nas famílias desprovidas de riqueza, muitos talentos de primor."

Com relação à vida política dos estudantes e lentes do curso jurídico, é importante notar que a análise dos periódicos teve papel fundamental no mapeamento geográfico e festivo ao qual eles estavam inseridos. A partir dessa análise foi possível chegar aos nomes, cargos políticos, vida privada e política. O que facilita a compreensão e a busca por esses festeiros. É possível identificar um pouco dos nomes que são mais recorrentes nos periódicos, um nome importante a ser analisado é o do Aluno e professor Francisco de Paula Batista, que foi também jornalista e juiz e mostrou-se ser um defensor das ideias liberais racionalistas da época. Foi um professor que influenciou gerações de alunos e práticos do direito. O nome dele é mencionado em muitos períodos, sendo importante destacar sua presença em movimentos políticos como a Revolução Pernambucana (conhecida também como Revolução dos Padres), que eclodiu no Brasil em 1817. Os lentes e estudantes do curso jurídico em Olinda tiveram influência transformadora, que exerceu no correr dos anos. Um acontecimento muito importante das manifestações políticas dos estudantes foi a participação de uma produção poética destacada no jornal: “Vamos ao que importa. Depois

daquela estúpida produção poética, diz o Amigo do Povo, em não menos estúpida, e mentirosa pressa, que no dia de sexta feira 31 do p.p se concederá de propósito feriado aos Estudantes do curso jurídico, para irem ao jury dar vivas de perturbação." (Diário de Pernambuco, 6 de agosto de 1829). Os estudantes foram julgados nos jornais por fazer algumas arruaças e distúrbios no Recife, onde perturbaram a sessão do júri, quer em Olinda, onde andaram a molestar a tranquilidade dos moradores.

CONCLUSÕES

Quando estudamos as festas, precisamos considerar que, na verdade, ela envolve muito mais que simples comemorações, elas atravessam o campo do estudo da cultura, trazendo também significados na conjuntura das transformações políticas e sociais dos períodos. Na formação do Estado Nacional e das novas identidades políticas, os festejos tiveram múltiplos significados; aliados ao estudo da participação dos estudantes nas festas do Brasil, podemos notar que elas acontecem em diversas esferas da sociedade oitocentista: teatros com representação de espetáculos cênicos e musicais, além da leitura e publicação de sonetos e poesias nos jornais, feitos em espaços públicos ou privados pelos estudantes do curso jurídico.

Essas áreas públicas foram lugares muito ocupados pelos estudantes. Ao longo da pesquisa das fontes nos periódicos do século XIX, pudemos visualizar a relevância da ocupação do espaço do teatro pelos alunos do curso jurídico. Nos jornais Diário de Pernambuco, foi identificado convites dos responsáveis pelo teatro para que se fizessem participação dos estudantes nas leituras de poemas e sonetos, ou até mesmo em apresentações. Essas intenções possibilitaram compreender qual era a importância que o curso jurídico trouxe para a movimentação das práticas de divertimento em Pernambuco. Os jornais também foram muito significativos para entendermos os posicionamentos políticos feitos por esses estudantes, muitas vezes existiam disputas e brigas entre jornais como o Diário de Pernambuco, a Abelha Pernambuco e O Cruzeiro, por divergir de opiniões a respeito da postura dos estudantes nas questões políticas do período. Durante o trabalho, provocamos entender como os acadêmicos pernambucanos se organizaram para participar desses conflitos do período. Optamos por compreender a articulação do movimento a partir

das festas, acreditarmos que elas são locais de disputas entre seus participantes, de subversão dos valores e de formação de memória.

REFERÊNCIAS

«https://www.ufpe.br/ccj/sobre» Centro de Ciências Jurídicas - UFPE. Consultado em 09 de novembro de 2022.

«Lei de 11 de agosto de 1827» Consultado em 09 de Novembro de 2022.

GASPAR, Lúcia. Faculdade de Direito do Recife. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. Luminárias, músicas e "sentimentos patrióticos": Festas e política no Recife (1817-1848). Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. Das festas aos botequins: organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850). 2011. Dissertação (Mestrado em História) -Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. ENTRE OS FESTEJOS E AS DISPUTAS POLÍTICAS: as comemorações do Sete de Setembro de 1829 no Recife. Clio. Série Histórica do Nordeste (UFPE). v.2, p.74 -99, 2015.

ABREU, Martha. O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. Música popular, identidade nacional e escrita da história. Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v.13, n.1, p. 7-25, mai. 2016.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. Festas: máscaras do tempo: entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais São Paulo: Hucitec Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987

BOSCHI, Caio César. Espaços de sociabilidade na América Portuguesa e historiografia brasileira contemporânea. Varia História, v. 22, p. 291-313, 2006

BOURDIEU, Pierre e CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier.in: _____. Práticas da leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. pp. 231-253

BOURDIEU, Pierre. A linguagem autorizada: as condições sociais da eficácia do discurso ritual e A força da representação. In:_____. A economia das trocas linguísticas. O que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996, pp.85-96 e 107-116.

CARVALHO, Leandro F. R. "... e o estrepidoso zambuba poe tudo em alvoroco" música e sociedade em Pernambuco na primeira metade do seculo XIX. Dissertação de Mestrado em História, Recife, 2001

CASCUDO, Luís da Câmara. Calendário das festas. Rio de Janeiro: MEC, 1971

CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do folclore brasileiro. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1988

CASCUDO, Luís da Câmara. Superstições e Costumes. São Paulo: Ed. Global, 2002 CASCUSO, Câmara. Dicionário do folclore brasileiro. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1988.

CAVALCANTI, Amanda Alves. Cadê Mário Melo: Um historiador do IAHGP pelas ruas do Recife. Dissertação de Mestrado. UNIRIO, 2017.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque 2ª ed. Campinas. Editora da UNICAMP, 2001

CHAMON, Carla Simone O Cenário da Festa. Festa Cívica em Minas Gerais no século XIX. Varia História, Belo Horizonte, n.19, p. 183-204, 1998.

CHARTIER, Roger. Leituras e leitores na França do antigo regime. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2004

CHARTIER, Roger. O leitor entre limitações e liberdade e A leitura entre a falta e o excesso. In: . A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora Unesp/ Imprensa Oficial do Estado, 1999, pp. 75-114.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: . À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002 pp.61-78.

CHARTIER, Roger. Textos, impressões e leituras. In: Lynn Hunt (org.). A nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.211-238.

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia a república: momentos decisivos. 6 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999

CRESPO, Jorge. A história do Corpo. Lisboa: Difel: Difusão Editorial, 1990.

CRUZ, Heloisa F; PEIXOTO, Maria R. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). Carnavais e Outras F(r)estas - Ensaios de História Social da Cultura. Campinas. Ed. Unicamp. 2002

DARNTON, Robert. Livros de sucesso e revolução. In DARTON, Robert. Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp.162-196

DARNTON, R. O que é a história do livro? Revisitado. ArtCultura, Uberlândia, v. 10, n. 16, p.155-170, jan. jun. 2008

DAVIS, Natalie Zemon. Culturas do povo: sociedade e cultura no início da Franca moderna Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

HUNT, Lynn. A Nova História Cultural São Paulo: Martins Fontes, 1992

JANCSÓ, István (org.). Brasil: formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec; Unijuí; FAPESP, 2003

JANCSÓ, István, KANTOR, Iris (orgs.). Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001

LE GOFF, Jacques. História e memória. 4. ed. -. São Paulo: UNICAMP, Instituto de Artes, 1996

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº4, vol.2, 1989, pág.172-189

OZOUF, Mona. A festa. Sob a Revolução Francesa in: LE GOFF, Jacques,; NORA, Pierre. História: novos objetos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

PRIORE, Mary Del. Festas e Utopias no Brasil Colonial. São Paulo: Editora Brasiliense,

2000

THOMPSON, E.P. Costumes em comum. Revisão técnica: Negro, Cristina M e Paulo

Fontes – SP. Companhia das L 1998

TOLLENARE, L. F. de. Notas dominicais: tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818. Recife, Empresa do Jornal do Recife. 1906.